

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 511.209 - PR (2019/0143340-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : GUSTAVO MORETTI STAUT NUNES E OUTROS
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS DA ROCHA - PR013832
RODRIGO DA ROCHA LEITE - PR042170
LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - PR056621
GUSTAVO MORETTI STAUT NUNES - PR089601
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RONALDO CESAR MENGATO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de RONALDO CESAR MENGATO, em face de r. **decisum** de em. Desembargadora do eg. **Tribunal de justiça do Estado do Paraná**, que indeferiu **monocraticamente** o **writ** naquela Corte impetrado.

Depreende-se dos autos que o ora paciente teve sua prisão temporária convertida em preventiva, pela prática, **em tese**, dos delitos de peculato (por dez vezes) e associação criminosa, previstos no art. 312, § 2º, e no art. 288, ambos do Código Penal. Posteriormente, o eg. Tribunal de origem substituiu a prisão preventiva do paciente pela prisão domiciliar.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal a quo, por meio do qual buscava a revogação da prisão domiciliar imposta ao paciente.

O d. juízo de primeiro grau, nesse ínterim, estendeu ao ora paciente o benefício da liberdade provisória mediante a aplicação de medidas cautelares diversas, revogando, assim, sua prisão domiciliar. Ante a superveniência de tal decisão, o em. Desembargador Relator julgou prejudicado o **writ**, em r. decisão monocrática assim ementada:

"HABEAS CORPUS. CRIMES DE PECULATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PEDIDO PARA REVOGAÇÃO DAS

Superior Tribunal de Justiça

MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. PRISÃO DOMICILIAR MONITORADA. INFORMAÇÃO DE QUE O PACIENTE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO MENOS GRAVOSA, COM A APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DE RECOLHIMENTO DOMICILIAR NOTURNO E EM FINAIS DE SEMANA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO, CONCEDIDO PELO JUÍZO DE ORIGEM. PERDA DO OBJETO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO." (fl. 51).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, afirmando ainda que a situação do paciente não foi modificada com a revogação da prisão domiciliar.

Requer, ao final, a concessão da ordem, "*para que sejam revogadas as medidas cautelares contra o paciente, ou subsidiariamente, revogar apenas a medida de recolhimento domiciliar e de se ausentar da Comarca, substituindo-a por outras menos gravosas, se julgar necessário*" (fl. 18).

A liminar foi **indeferida** às fls. 58-59.

As informações foram prestadas às fls. 65-72, e às fls. 75-81.

O Ministério Público Federal, às fls. 83-84, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"PROCESSUAL PENAL. PECULATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. REVOGAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVENTIVA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA NA CORTE DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE MANIFESTA COAÇÃO. SÚMULA 691/STF.

- Pelo não seguimento, pena de supressão de instância." (fl. 83).

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado

Superior Tribunal de Justiça

pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento.

No caso, inviável o conhecimento do presente habeas corpus, uma vez que se insurge contra decisão monocrática, proferida por nobre Desembargador do eg. Tribunal de origem.

Assim, observa-se que **não houve a interposição de agravo regimental**, de modo a oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão Colegiado e viabilizar a impetração da ordem perante esta Corte Superior, ônus de que a parte não se desincumbiu de realizar.

Com efeito, segundo disposição do art. 105, inciso II, **a**, da Constituição Federal, **este Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar os recursos ordinários nos habeas corpus denegados em única ou última instância pelos Tribunais sujeito à sua jurisdição.**

Vale dizer, falece competência a este Superior Tribunal de Justiça, a teor do art. 105, inciso II, **a**, da Constituição Federal, para julgar recurso ordinário em **habeas corpus** ou **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário interposto ou impetrado contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator, que julga extinta a impetração na origem, sem resolução do mérito.

Dessa forma, em creditamento às instâncias ordinárias, que primeiro devem conhecer da controvérsia, para então ser inaugurada a competência do Superior Tribunal de Justiça, **fica inviabilizado o conhecimento deste habeas corpus substitutivo de recurso ordinário.**

Superior Tribunal de Justiça

Sobre o tema, destaco os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. MANDAMUS NÃO INSTRUÍDO COM CÓPIA DO PROVIMENTO JUDICIAL QUESTIONADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA.

1. É inviável o conhecimento do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes do STJ e do STF.

[...]

*4. Agravo regimental desprovido" (AgInt no HC n. 409.060/RN, **Quinta Turma**, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 28/02/2018, grifei).*

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS NO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO UNIPESSOAL DE DESEMBARGADOR NÃO CONHECENDO DO WRIT. FALTA DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO DA SÚPLICA NESTE STJ. PRECEDENTES. PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. NULIDADE. AUSÊNCIA.

1 - Em que pese ser o habeas corpus via impugnativa e autônoma, tem suas hipóteses de cabimento na Constituição Federal, de modo que esta Corte Superior não tem competência para todo e qualquer pedido de constrangimento ilegal apresentado por meio do writ. Decisão singular de desembargador não se enquadra como ato coator de "tribunal". É preciso esgotar a instância ordinária por meio de agravo regimental.

2 - A decisão proferida em sede de juízo de retratação, por ocasião da interposição do recurso em sentido estrito, não necessita ser minuciosamente fundamentada, não existindo nulidade no caso em análise. Precedentes deste Superior Tribunal de Justiça.

*3 - Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 401.079/SP, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 12/12/2017, grifei).*

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO LIMINAR AO WRIT. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INADMISSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA IMPETRAÇÃO NESSA CORTE. NULIDADE NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A questão referente à nulidade decorrente da ausência de realização de audiência de custódia não foi submetida à análise do órgão colegiado do Tribunal de origem, considerando que não houve a interposição do devido agravo regimental contra a decisão monocrática do relator que negou seguimento liminar ao writ sem análise do mérito. Assim, não compete a esta Corte Superior, o debate da tese levantada pela defesa, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

3. Não tendo sido individualizada a situação prisional de cada réu, mostra-se inviável a verificação coletiva da questão relativa à não realização da audiência de custódia, uma vez que não é possível saber para quais acusados o tema ficou superado em virtude da decretação de prisão preventiva. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 385.063/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe de 14/11/2017, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU LIMINARMENTE O WRIT NA ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL NÃO INTERPOSTO. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO COLEGIADO DO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O inconformismo dirigido contra decisão de Desembargador que, ao analisar o habeas corpus, indefere liminarmente o writ, deve ser o recurso de agravo regimental para oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração da ordem perante esta Corte Superior.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Em creditamento às instâncias ordinárias, que primeiro devem conhecer da controvérsia, para, então, ser inaugurada a competência do Superior Tribunal de Justiça, fica inviabilizado o conhecimento deste mandamus.*

3. *Agravo regimental não provido*" (AgRg no HC n. 399.172/MA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 1º/08/2017).

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **não conheço** do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator

